

A genealogia da psicanálise: a problemática da influência na crítica freudiana do dispositivo da hipnose e na constituição do dispositivo da transferência

The psychoanalysis genealogy: the problematic of influence in Freudian critics of the hipnosys device and the constitution of a tranference device

Joel BIRMAN*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)/BRASIL

RESUMO

A intenção deste ensaio é demonstrar a inscrição do discurso freudiano na tradição do modernismo, mediante a crítica que realizou do dispositivo da hipnose e a constituição do dispositivo da transferência, numa perspectiva genealógica.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo. Influência. Transferência.

ABSTRACT

This essay intends to demonstrate the application of the Freudian discourse in modernism's tradition, through it's critical reflexion over the hypnosis device and the constitution of a tranference device, in a genealogical perspective.

KEYWORDS: *Modernism. Influence. Transference.*

*Sobre o autor ver página 37.

1 Mal-estar

Com a constituição do discurso freudiano na passagem do século XIX para o século XX, a psicanálise implicou a crítica dos pressupostos da modernidade, inscrevendo-se assim na tradição do modernismo. Essa crítica foi não apenas contundente, mas, também, sistemática, na medida em que o projeto da modernidade foi analisado em seus menores detalhes e de maneira abrangente (BIRMAN, 2000). Isso não implica dizer que a psicanálise seja antimoderna, bem entendido, o que seria não só um contrassenso, mas um absurdo, pois não existe no discurso freudiano qualquer proposição de retorno à pré-modernidade.

No entanto, o que é preciso enfatizar é que a modernidade foi a condição concreta de possibilidade para a emergência histórica da psicanálise (BIRMAN, 1999), o que o discurso freudiano empreendeu de maneira concisa, indicando os impasses presentes no projeto da modernidade, nos diferentes registros da sociabilidade, da moral, do poder e do saber. Vale dizer que o discurso freudiano colocou em evidência, de diversas maneiras, os ruídos presentes no projeto da modernidade, que o conduziam aos ditos impasses de forma eloquente.

No que concerne a isso, não há dúvida alguma de que o ensaio *O Mal-estar na civilização* (FREUD, [1930] 1971) destacou a dita crítica de maneira incisiva e sistemática. Os impasses presentes no projeto da modernidade foram postos em cena de forma argumentada, de maneira que a relação do sujeito com o outro seria de longe muito mais importante, como fonte do mal-estar na modernidade, do que as relações do sujeito com os registros da natureza e do corpo (FREUD, [1930] 1971). Com efeito, foi justamente na relação do sujeito com o outro que o projeto da modernidade trouxe à evidência sua especificidade histórica e social, ao passo que, na relação do sujeito com os registros da natureza e do corpo, estaríamos face às questões relativamente trans-históricas, da ordem da invariância, se bem que os registros do corpo e da natureza foram bastante transformados nesse contexto histórico. De qualquer maneira, foi a relação do sujeito com o outro que o discurso freudiano discutiu como questão fundamental.

Não se pode esquecer, no entanto, que a questão do mal-estar é bem antiga no discurso freudiano, que não se constituiu apenas em 1930 com o ensaio *O Mal-estar na civilização*. Esse texto já foi o ponto de chegada do trabalho que Freud realizou sobre essa questão. Num ensaio anterior publicado em 1908, intitulado “A moral sexual ‘civilizada’ e as doenças nervosas dos tempos modernos”, era já a questão do mal-estar que estava em pauta, na medida em que Freud ([1908] 1973) discutia as relações entre o aumento das doenças nervosas e os códigos morais presentes na modernidade. O discurso freudiano estava na contramão da tese sustentada pela psiquiatria e pela medicina social, que atribuía o dito aumento ao incremento das excitações nervosas promovidas pela aceleração do tempo e pelos novos imperativos de sociabilidade deles decorrentes. Seriam então as formas de regulação da pulsão sexual, realizadas pelos códigos morais modernos, que estariam na base do incremento significativo das enfermidades nervosas (FREUD, [1908] 1973). Enfim, o que o discurso freudiano realizou foi uma leitura psicanalítica do campo da moral, numa perspectiva histórica da longa duração (BRAUDEL, ([1958] 1978), numa versão psicanalítica da *Genealogia da moral*, de Nietzsche ([1887] 1971).

Pode-se afirmar, portanto, que a questão do mal-estar é estrutural no discurso freudiano e o perpassa como uma invariante, do começo ao fim, sem evidenciar qualquer fratura e ausência. Portanto, a questão do mal-estar constituiu-se uma efetiva problemática do discurso freudiano, do qual se tornou a condição concreta de possibilidade e o forjou de maneira indelével. Dessa maneira, o discurso freudiano forjou-se pelas diferentes problematizações (FOUCAULT, 1994) com que guarneceu a questão do mal-estar, em diferentes níveis de complexidade e de sistematicidade.

Não se pode perder de vista, porém, que foi a problemática do mal-estar que condensou a crítica que o discurso freudiano empreendeu da modernidade, nos seus menores detalhes e de maneira sistemática. Em razão disso, a importância crucial, ao mesmo tempo teórica, ética e política, desse discurso e de sua inserção no campo do modernismo.

A relevância da problemática do mal-estar na psicanálise e da crítica que ela faz da modernidade remete, contudo, à problemática da

divisão do psiquismo, que se delineia na desconstrução do enunciado do centramento do sujeito nos registros da consciência e do eu, proposta pela filosofia de Descartes ([1641] 1949), e na formulação axial do descentramento do sujeito. O que se impõe é a leitura rigorosa dessa tese no discurso freudiano, a fim de que se esclareça a especificidade teórica desse discurso face à tradição neurobiológica em que se inseria anteriormente.

2 Descentramento

A problemática do descentramento do sujeito foi formulada de maneira sistemática no discurso freudiano desde *A interpretação dos sonhos* ([1900] 1976). Porém, já tinha sido esboçada por Freud ([1896] 1973) na *Carta 52*, enviada a Fliess, em 1896, de maneira a estabelecer uma ruptura da psicanálise com a tradição da filosofia do sujeito, filosofia essa instituída por Descartes, no século XVII, pelo enunciado do centramento do sujeito nos registros da consciência e do eu. O que estava em pauta na tese do descentramento era o enunciado da existência do registro psíquico do inconsciente, concebido como de ordem sexual e pulsional. Por isso mesmo, a leitura freudiana sobre o desejo e o inconsciente, feita em *A interpretação dos sonhos*, desdobrou-se decididamente na leitura sobre a sexualidade e a pulsão, empreendida nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, [1905] 1962). O campo do desejo, pois, que seria constitutivo do inconsciente (FREUD, [1905] 1962), passou a ser concebido pela sexualidade perverso-polimorfa e pela pulsão parcial.

Nessa leitura do inconsciente, no entanto, não era atribuída qualquer marca neural e cognitiva que caracterizasse sua existência, mas apenas traços de ordem sexual e pulsional, que forjariam a experiência do desejo. Estaria justamente aqui a descontinuidade teórica criada pela psicanálise com a tradição das neurociências, estabelecida no século XIX, na medida em que, nessa tradição, fora enunciada a existência de um inconsciente cerebral.

A propósito, é preciso dizer que a tese do descentramento do sujeito foi forjada inicialmente pelos discursos das neurociências e da neurologia, na passagem do século XVIII para o século XIX, com a formulação do enunciado decisivo do conceito de reflexo (CANGUILHEM, [1955] 1977). À luz desse conceito, o sistema nervoso passou a ser concebido a partir do que era elementar, de maneira que o funcionamento do cérebro, como centro, passou a ser subsumido ao que existia de fragmentar e de periférico no aparelho reflexo. A relação entre o centro e a periferia no sistema nervoso tornou-se mais complexa, caracterizada pelo que seria segmentação e pela hierarquia dos níveis de integração nervosa (CANGUILHEM, [1955] 1977).

O efeito fundamental da constituição do conceito de reflexo produziu, de maneira progressiva, a desconstrução do paradigma cartesiano, uma vez que atribuiu, ao que existia de elementar e de fragmentar no sistema nervoso, a posição estratégica de regulação do psiquismo e do sujeito. Com efeito, a neurobiologia e a neurologia no século XIX procuraram elaborar uma teoria do psiquismo centrada no aparelho reflexo, indicando que, nos registros do pensamento e da vontade, inseridos nos campos do eu e da consciência, ocorriam apenas os efeitos finais de processos múltiplos e fragmentares oriundos dos intrincados interstícios do aparelho reflexo (GAUCHET, 1992).

A reflexologia forjada por Pavlov, no final do século XIX e no início do século XX, foi apenas uma das teorias inscritas na linha de pesquisa que formularam diferentes discursos para fundamentar a leitura elementarista do psiquismo, baseada no que existia de fragmentar no aparelho reflexo (GAUCHET, 1992). Nesse contexto, o registro da sensorialidade ganhou importância significativa para o estabelecimento de outra cartografia do psiquismo (GAUCHET, 1992). Da mesma forma, o behaviorismo foi outra resultante dessa linha de pesquisa.

Se essa leitura sobre o descentramento do sujeito teve início ao longo do século XIX, os discursos da neurobiologia, a neurologia e a psiquiatria logo em seguida apropriaram-se do discurso dela, apropriação essa que destacou a tese do descentramento do sujeito, mediante a qual

ganhou ênfase o significado teórico mais relevante da pesquisa científica realizada pelos naturalistas.

Na teoria da literatura, o poeta e crítico Paul Valéry valeu-se dessas descobertas para sublinhar como os registros psíquicos superiores do pensamento e da vontade estariam subsumidos ao registro elementar do aparelho reflexo. Dessa inversão entre a antiga soberania conferida ao centro e a nova dominância atribuída à periferia, Valéry retirava as consequências para os campos da escrita e da reflexão teórica (GAUCHET, 1992). Da mesma forma, a filosofia de Nietzsche, que inscreveu sua reflexão ética no campo entreaberto pelas novas pesquisas sobre a vida, destacava o alcance das descobertas biológicas para o redirecionamento das linhas de força da filosofia (GAUCHET, 1992).

Gauchet (1992) destacou essa tradição teórica para enfatizar a emergência histórica do conceito de inconsciente cerebral, signo ostensivo do descentramento do sujeito. Além disso, no final do século XIX, procurou indicar as conjunções teóricas entre o inconsciente cerebral e o inconsciente sexual, para delinear as possíveis aproximações entre as tradições da neurobiologia e da psicanálise. Portanto, a preocupação primordial da tese sustentada por Gauchet é promover a articulação entre a neurobiologia, o cognitivismo e a psicanálise na contemporaneidade, em contrapartida às conjunções estabelecidas entre o inconsciente cerebral e o inconsciente sexual, no final do século XIX.

Com a emergência histórica da modernidade, no entanto, essa conjunção teórica não se sustenta, não obstante a pregnância assumida pelos conceitos de inconsciente cerebral e de inconsciente sexual voltada para a promoção do descentramento do sujeito. Essa não conjunção é tão mais significativa, na medida em que, como se sabe, Freud forjou-se inicialmente na tradição neurobiológica, seja como pesquisador no campo da neuroanatomia do sistema nervoso, seja, em seguida, como neurologista, para constituir posteriormente a psicanálise (JONES, 1972; GAY, 1989). Isso implica dizer, portanto, que, se Freud fez uma ruptura teórica com a tradição da neurobiologia em que esteve inscrito, manteve, contudo, a tese do descentramento do sujeito ao formulá-la em

outras bases teóricas. Graças a essa inflexão decisiva, a pauta no discurso freudiano passou a privilegiar o registro do desejo, campo crucial em que foi enunciado decisivamente o descentramento do sujeito.

3 Crítica à neurobiologia

Em razão disso é facilmente reconhecível a tentativa de Freud ([1895] 1973) de forjar uma psicologia científica no célebre ensaio intitulado *Projeto de uma psicologia científica*, escrito em 1895. As retóricas conceituais da neurofisiologia e da neuroanatomia estão fartamente presentes nesse ensaio, registrando a inserção de Freud na tradição das neurociências. No entanto, Freud insere nesse texto conceitos totalmente estranhos a elas, quais sejam, os de experiência de satisfação e de desejo, conceitos que, então, já ocupavam posições estratégicas no discurso freudiano.

Paralelamente, ao falar da regulação das excitações neurais nas periferias externa e interna do aparelho psíquico, o discurso freudiano introduz o conceito de princípio do prazer, que, na perspectiva estrita da neurobiologia, provocaria ruídos eloquentes no funcionamento do aparelho reflexo. O que estava sendo discutido era a impossibilidade de regulação efetiva das excitações neurais, que passaram a ter efeitos psíquicos cruciais (FREUD, [1895] 1973).

Dessa forma, tais efeitos cruciais indicavam os impasses postos à neurobiologia, uma vez que apontavam para a impossibilidade do funcionamento do aparelho reflexo, na medida em que a ação específica, operação central, no conceito do reflexo, tornava-se bastante complicada. Em decorrência dos impasses da ação específica, que conduziria à descarga direta das excitações neurais, é que seria preciso pensar a especificidade do aparelho psíquico em face do aparelho reflexo. Vale dizer que o papel do aparelho psíquico constituído seria forjar destinos outros para as ditas excitações neurais, na medida em que elas não seriam reguladas pela ação específica do aparelho reflexo. Essa não regulação reflexa seria em razão das marcas de prazer e de desprazer,

que permeariam necessariamente as ditas excitações neurais, as quais, por sua vez, impuseram ao discurso freudiano a exigência teórica de forjar os conceitos de desejo e de experiência de satisfação, a fim de que ele desse conta de resolver os impasses do conceito de aparelho reflexo e conseguisse forjar o conceito de aparelho psíquico (FREUD, [1895] 1973).

Como se sabe, porém, Freud não publicou o dito ensaio em decorrência da mistura de retóricas conceituais, quais sejam, a neurobiologia vigente e a psicanálise em construção. Somente em 1953, o *Projeto de uma psicologia científica* foi publicado (FREUD, [1895] 1973) pelos discípulos de Freud. No entanto, ele depurou o ensaio da retórica neurobiológica e desenvolveu os novos conceitos psicanalíticos, publicados em *A interpretação dos sonhos* ([1900] 1976, cap. VII), no qual condensou inicialmente suas inovações.

4 Sujeito, poder e desejo

Freud voltou-se efetivamente para a tese moderna do utilitarismo anglo-saxônico, ao conferir todo o privilégio teórico à oposição prazer/desprazer na regulação da experiência psíquica (STUART MILL, 1988), e valeu-se da tese do desejo para conceber o aparelho psíquico. Com efeito, seria o campo do desejo o que manteria a oposição entre os registros do prazer e do despreazer que regulariam as intensidades psíquicas, direcionando então as suas linhas de força. A categoria de desejo, como se sabe, é oriunda de *A fenomenologia do espírito* ([1807] 1941), de Hegel, que, graças à “dialética entre o senhor e o servo”, introduziu essa categoria na pauta do discurso filosófico, para conceber o sujeito nos registros da “divisão e da alteridade”.

No entanto, é preciso enfatizar que a tese de Hegel sobre a dialética do senhor e do servo trouxe à cena os impasses e a dissolução da soberania absoluta, mediante a qual a figura do senhor perderia definitivamente o poder absoluto em face da figura do servo. O poder absoluto do senhor seria desestabilizado não pelo confronto direto e mortal das forças do servo em face às do senhor, mas pela dialética

do trabalho, que retiraria a base material que possibilitara o domínio absoluto do senhor sobre o servo. Seria, portanto, a constituição efetiva do mercado e do trabalho livres, o que desconstruiria em ato o poder absoluto do senhor sobre o servo, que acabou por conduzir à Revolução Francesa e à modernidade política no Ocidente (HEGEL, [1807] 1941).

O que está em pauta nessa dialética é o remanejamento do espaço do poder político, na aurora da modernidade, poder esse que foi não apenas descentrado, mas, também, disseminado pela constituição do espaço social. Com a modernidade, o poder anteriormente condensado no centro do Estado absolutista é descentrado e decididamente inscrito e disseminado no espaço social, em razão da transformação da figura do servo pela figura do trabalhador livre e do cidadão. O poder deslocou-se do centro para a periferia e passou a ser configurado pelo outro, nos indivíduos, representantes elementares da sociedade moderna (DUMONT, 1983).

Há uma flagrante analogia, um isomorfismo entre os registros do sujeito e do poder, uma vez que o processo de descentramento ocorre em ambos, ao se deslocar do centro para a periferia, de forma a materializar-se na figura elementar do indivíduo. A leitura do sujeito, imantado pelo campo do desejo, tem uma implicação política consubstancial a ele. Na modernidade, o sujeito descentrado tem uma valência eminentemente política, que lhe é constitutiva, de modo que não é possível conceber a leitura do sujeito alienado do poder, uma vez que os dois registros, sujeito e política, estão intimamente conjugados.

Hegel, no entanto, manteve-se no registro do pensamento para conceber a constituição da modernidade, e Marx procurou colocar a dialética de Hegel sobre os seus pés, ao transformar a dialética do senhor e do servo na dialética da luta de classes (MARX, [1893] 1971) e ao enfatizar os confrontos entre as forças produtoras e as relações de produção no campo da economia política (MARX; ENGELS, [1947] 1971). É nesse campo material da economia que se inscreve a figura do trabalhador supostamente livre em confronto permanente com o poder econômico regulado pela luta de classes (MARX; ENGELS, [1847] 1971).

Não se podem sobrepor ingenuamente os discursos teóricos de Freud e de Marx, evidentemente, uma vez que as lógicas que regulam as produções conceituais de ambos não são a mesma. Nem Freud é marxista, nem Marx é freudiano. Porém, o que existe de comum entre ambos, se considerada a crítica modernista da modernidade, é a proposição da existência do conflito como marca decisiva do sujeito e da sociedade na modernidade (ALTHUSSER, [1976] 1993). Nela, o conflito está sempre em ação e é ostensivamente disseminado, sem qualquer possibilidade de harmonia que o apazigue numa redenção final, como na filosofia de Hegel.

Se Althusser ([1976] 1993), contudo, teve razão na aproximação que promoveu entre Marx e Freud, graças à conflitualidade generalizada presente na modernidade, ele também destacou outro tópico importante nessa conjunção: a categoria de economia, presente na metapsicologia freudiana, que não é remetida ao discurso fiscalista da termodinâmica, mas ao discurso da economia política. À economia metapsicológica interessam as relações de uso e de troca, estabelecidas no campo das representações psíquicas (ALTHUSSER, [1964] 1993) e na relação entre os corpos.

O registro econômico da metapsicologia remete ao campo das intensidades e à regulação do princípio do prazer, mediante os quais o discurso freudiano deslocou-se do aparelho reflexo para o aparelho psíquico. Foi por esse viés que Freud formulou a tese do desejo, como aquilo que descentra o sujeito e é balizado pelos imperativos da sexualidade e da pulsão. Portanto, graças à mediação do elementarismo das pulsões parciais que a conflitualidade produz-se e é inscrita no psiquismo, o que orienta o discurso freudiano na configuração da primeira e da segunda tópicos (FREUD, [1900] 1976, cap. VII; FREUD, [1923] 1981), assim como na primeira e na segunda teoria das pulsões (FREUD, [1905] 1962; [1920] 1981). Essa problemática é crucial porque, por meio dela, é possível destacar o que existe de positividade na crítica freudiana à modernidade, inscrevendo o discurso freudiano no modernismo. Se, desde a Revolução Francesa, a modernidade apostou na possibilidade de transformar radicalmente as ordens

política e social, dando início à era das revoluções ao longo do século XX e ao registro estético, a invenção de novas linguagens impôs-se como um imperativo para a arte e para a literatura do século XX. À psicanálise coube trazer para o modernismo o desejo como agulhão desses processos no registro psíquico. Com *A interpretação dos sonhos*, o discurso freudiano mostrou que a primazia concedida ao desejo pode transformar os laços sociais e as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos. Enfim, no espaço social, é, mediante a positividade do desejo, que o sujeito produz as transformações dos laços sociais, das relações de poder e dos discursos.

Para que a efetividade do desejo possa sustentar as direções do sujeito, no entanto, é necessário que ele consiga romper as amarras da proteção promovidas pelo poder, uma vez que, entre os registros do sujeito e do poder, existiria uma relação de fundação estabelecida na modernidade. Foi por esse viés que o discurso freudiano realizou a crítica do dispositivo da hipnose, graças à constituição do dispositivo da transferência, mediante a qual delineou a possibilidade de o sujeito sustentar seu desejo e de estabelecer a crítica do absolutismo do poder. Na base da crítica modernista de Freud, estava a pregnância da questão da influência na hipnose, mediante a qual constituiu o dispositivo da transferência, para empreender a desconstrução sistemática do dispositivo da hipnose, constituído na modernidade.

5 Lesão, sugestão e traço

Para isso é preciso retomar a leitura do discurso freudiano sobre a histeria e as psiconeuroses e, também, da crítica da teoria de Charcot sobre neuropatologia e da sugestionabilidade de Bernheim. Essas críticas consistem na desconstrução do dispositivo da hipnose e na construção correlata do dispositivo da transferência. O que estava em pauta era a crítica freudiana ao poder, mediante a conjunção entre os registros do sujeito e do poder.

Por isso, para a construção teórica da psicanálise, o discurso freudiano forjou-se no deslocamento prévio do espaço teórico do qual

iniciou seu percurso científico e definiu inicialmente o seu pertencimento clínico (JONES, 1972; GAY, 1989). Para empreender essa construção, o tema da histeria foi fundamental, na medida em que foi em torno dos impasses clínicos que ela oferecia, no campo da neuropsiquiatria, que a invenção da psicanálise como um novo discurso teórico empreendeu-se de maneira decisiva. Pode-se afirmar que a histeria tinha se transformado num efetivo obstáculo epistemológico para a neuropsiquiatria naquele contexto histórico, para nos valermos do conceito enunciado por Bachelard (1975), em *A formação do espírito científico*.

A indagação inicial é a razão pela qual a histeria configurou-se como um efetivo impasse clínico para os discursos da neuropsiquiatria e da neurologia então dominantes, impasse esse que condensava e punha em evidência o dito obstáculo epistemológico. Podem-se e devem-se arguir as diversas questões que estavam aqui implicadas, para sublinhar as diferentes dimensões que estavam em pauta.

Por isso, o deslocamento empreendido por Freud, de Viena a Paris, numa viagem de estudos, possibilitou-lhe o confronto com os impasses reais colocados na leitura vigente sobre a histeria (FREUD, [1886] 1978; PONTALIS, 1973). Com efeito, se em Viena esse impasse não se delineara em razão do conservadorismo imperante nos campos da neurologia e da psiquiatria, em Paris, em contrapartida, o debate colocava-se de maneira aguda pelos novos desafios delineados por Charcot (FREUD, [1893] 1978). Sua formulação de uma etiologia traumática para a histeria, em consequência de acidentes ferroviários, conjugada à investigação hipnótica, punha em evidência os impasses teóricos presentes no modelo da anatomoclínica (CHARCOT, [1913] 1971; GAUCHET; SWAIN, 1999).

A ambição teórica de Charcot era empreender a classificação das enfermidades do sistema nervoso de acordo com os critérios da anatomia patológica. Por isso, se o discurso da clínica na modernidade constituiu-se graças à conjunção da série dos sintomas com a série das lesões anatômicas, recenseadas que foram pela anatomia patológica da qual o seu teórico fundamental foi Bichat, com a constituição da histologia

(FOUCAULT, 1963), Charcot pretendeu realizar esse programa teórico no campo da neurologia. Nessa perspectiva, ele empreendeu essa leitura sistemática para quase todas as doenças do sistema nervoso, classificando-as de acordo com tais critérios. Porém, deixou para o final de sua pesquisa a leitura anatomopatológica da histeria, pois considerava bem mais difícil o problema oferecido por ela.

Por que mais difícil? Simplesmente porque, diferentemente das outras enfermidades, a histeria exibia uma variação espantosa de sintomas, sem qualquer fixidez e uniformidade, caracterizando-se pela transformação incessante de seus signos clínicos, por um lado, e pela ausência de qualquer lesão anatomopatológica, por outro. Vale dizer, não se poderia estabelecer, nesse contexto, a articulação entre a série dos sintomas e a das lesões, de acordo com a lógica do modelo anatomoclínico.

No entanto, é preciso evocar ainda que a lógica do paradigma da anatomoclínica já tinha sido subvertida de antemão pelos novos protocolos de exame clínico, introduzidos pela neurologia, em decorrência da invenção do conceito de reflexo. Por isso, como desdobramento dessa invenção conceitual, impõe-se outra distribuição entre os registros do voluntário e do involuntário na análise do funcionamento do sistema nervoso, que exigia mais participação da figura do doente no exame clínico. Com isso, o enfermo poderia resistir ao exame e falsear seus resultados, estabelecendo em ato um contrapoder ao poder exercido pelo médico (FOUCAULT, 2003) – o que não ocorria com o modelo anterior do exame clínico, baseado que era na imobilidade do paciente no ato clínico, colocado em posição análoga à do cadáver na autópsia post-mortem.

Seria assim em decorrência da atividade mais intensa demandada ao paciente no exame clínico que ele empreendia a resistência ao exame clínico, graças à produção aleatória e à diversidade de sintomas. Por isso mesmo, os histéricos passaram a ser caracterizados pela instituição médica como mentirosos e simuladores, uma vez que, no limite, não seriam efetivamente doentes. Vale dizer que a histeria colocara em questão o paradigma da anatomoclínica e, por isso mesmo, foi considerada simulação.

Foi para sair desse impasse que Charcot procurou estabelecer a conjunção entre a histeria e os traumas mecânicos, que deixariam supostas alterações cerebrais ainda não detectáveis pela anatomia patológica, realizando então a pesquisa clínica do trauma pela hipnose (CHARCOT, [1913] 1971). Porém, lançar mão do procedimento da hipnose e reabilitá-lo historicamente, uma vez considerada prática de charlatanismo pela instituição médica francesa durante décadas (BARRUCAND, 1967), implicava efetivamente para Charcot querer quebrar a resistência da histeria e caminhar na direção do núcleo de verdade presente nela, na sua múltipla e diversificada produção sintomática.

Por isso, face à ausência de lesões cerebrais na histeria, em consequência do dito trauma, Charcot ([1913] 1971) supôs que existiria nela uma lesão funcional do sistema nervoso central, cujos métodos então existentes da anatomia patológica não poderiam ainda circunscrever. Charcot acreditava, contudo, que, no futuro, com o avanço tecnológico da histologia, a dita lesão funcional poderia ser finalmente detectada.

Porém, o que a pesquisa clínica de Charcot entreabriu inicialmente para Freud foi a importância conferida ao método da hipnose. No que concerne a isso, como indiquei anteriormente, é preciso dizer que Charcot reabilitou e legitimou a hipnose como procedimento científico, atirado ao limbo na França e na Europa, desde as proibições das práticas clínicas de Mesmer (MESMER, 1971; RAUSKY, 1977) pela comissão estabelecida pela Sociedade de Ciência, presidida por Lavoisier (CHERTOK; SAUSSURE, 1963; CHERTOK; STENGERS, 1990; NATHAN; STENGERS, 1995). A grande autoridade científica que era outorgada internacionalmente a Charcot, como professor de neurologia da Faculdade de Medicina de Paris, possibilitou a dita legitimação científica da hipnose.

Freud voltou-se de maneira sistemática para a pesquisa clínica da histeria centrada na hipnose. Estabeleceu contactos com outros pesquisadores da histeria, como Bernheim e Forel, que seguiam decididamente os rastros da pesquisa hipnótica (FREUD, [1888] 1978; [1889] 1978; [1891] 1978). Foi nesse contexto que empreendeu traduções

para o alemão de algumas obras de Charcot (FREUD, [1888-1896] 1978) e de Bernheim (FREUD, [1888] 1978).

A perspectiva teórica de Bernheim interessou particularmente a Freud, na medida em que ele sustentava um projeto teórico oposto ao de Charcot. Com efeito, Bernheim rompeu incisivamente com a leitura anatomoclínica da histeria formulada por Charcot, enunciando que a histeria seria o efeito da sugestionabilidade sobre o sujeito, de forma que ela seria curada pelo efeito oposto, qual seja, a contrassugestão exercida ativamente pelo médico no ato clínico. A dita sugestionabilidade implicaria a ação de um outro sobre o sujeito, que exerceria uma influência sobre o histérico. Para se contrapor a esse processo, a figura do médico, como um outro, exerceria uma contrassugestão para eliminar e suspender a sugestão inicial (BERNHEIM, 1913).

Nessa perspectiva, a histeria seria engendrada pela sugestão de um outro sobre o sujeito, sem que existisse qualquer lesão anatomopatológica, mesmo que fosse de ordem funcional, como formulara Charcot. Desse modo, Bernheim introduziu uma dimensão funcional na histeria – a sugestionabilidade –, sem que existisse qualquer dimensão anatômica. Contudo, Bernheim ressaltou a posição estratégica ocupada pelo outro na produção da sugestão, inserindo decididamente a histeria no campo da relação do sujeito com o outro. Portanto, a produção da sugestão implicava a alteridade, sem a qual a relação não seria engendrada.

Para realizar a construção do discurso psicanalítico, no entanto, Freud colocou-se em desacordo teórico com a hipótese defendida por Charcot, como, também, não concordava com a perspectiva teórica entreaberta de Bernheim. No entanto, incorporou algo de cada uma dessas linhas de pesquisa opostas, de maneira paradoxal, assim como soube reconhecer o que estava posto enfaticamente em pauta pelas linhas de força do dispositivo da hipnose.

Em razão disso, Freud criticou Charcot no que concerne à lesão anatomopatológica, mas enfatizou a existência de uma marca presente na experiência da histeria. Opunha-se à leitura de Bernheim, que não considerava a presença de qualquer marca na experiência histérica, mas

aplaudida a eficácia presente na sua prática clínica. Para Freud, no entanto, a dita marca não seria de ordem anatômica, mas de ordem psíquica, que se configurava como um traço psíquico, que evidenciaria algo certamente da ordem da materialidade, mas inscrito no campo psíquico (FREUD, [1895] 1973). Portanto, Freud reteve a hipótese de Charcot da existência de um trauma na histeria, trauma esse de ordem psíquica, não somática como ele supunha, de forma que o trauma se materializaria na existência de traços psíquicos.

Foi pelo relevo conferido ao trauma na histeria, que deixaria traços no aparelho psíquico, que o discurso freudiano concebeu inicialmente a divisão psíquica como forma, mediante a qual o sujeito se protegeria da experiência traumática (FREUD; BREUER, [1895] 1971). Pela trilha dessa divisão, o discurso freudiano concebeu o conceito de defesa, mediante o qual o sujeito se protegeria da lembrança do trauma (FREUD; BREUER, [1895] 1971). Em seguida, no entanto, estendeu sua hipótese teórica sobre a histeria para o conjunto que denominou de psiconeurose, em cujo campo, ao lado da histeria, incluiria também a neurose obsessiva e a psicose alucinatória (FREUD, [1894] 1973; [1896] 1973). Nesse contexto, o trauma se circunscreveria ao registro estritamente sexual, que levou Freud a forjar a Teoria da Sedução (FREUD, [1906] 1973).

Em decorrência disso, ele pôde finalmente concluir a crítica ao discurso teórico de Charcot, mediante a formulação da diferença entre as paralisias motoras e as paralisias histéricas (FREUD, [1893-1897] 1978), na medida em que, se nas primeiras estaria em pauta o corpo anatômico, nas segundas, em contrapartida, estaria em causa o corpo sexual e o corpo representado. Esse ensaio foi iniciado em 1893, mas concluído apenas em 1897, quando o discurso freudiano realizou finalmente o conjunto de remanejamentos teóricos mencionados.

Contudo, é preciso ficar bem atento ao que norteia o discurso freudiano nas críticas feitas às teorias de Charcot e de Bernheim. Elas foram forjadas nos interstícios do dispositivo da hipnose que, como cânone metodológico e terapêutico, orientava as novas formulações teóricas de Charcot e de Bernheim sobre a histeria, condição concreta

de possibilidade delas, e evidenciava ao mesmo tempo seus impasses.

Por isso, foi na medida em que o discurso freudiano voltou-se para o funcionamento do dispositivo da hipnose que Freud pôde refutar a leitura anatomopatológica de Charcot e transformar o conceito de lesão em traço psíquico. Se com isso sustentava decididamente a materialidade imanente à experiência histérica, deslocando o pressuposto teórico materialista do registro da anatomia para o do psiquismo, Freud enunciava simultaneamente o fundamento material para a sugestionabilidade formulada por Bernheim. Vale dizer que o discurso freudiano pôs em destaque a problemática da influência, isto é, a ação decisiva que um sujeito poderia exercer sobre o outro, que era subjacente na hipótese teórica da sugestionabilidade sustentada por Bernheim.

6 Linguagem, economia e poder

Por isso, o que o dispositivo da hipnose revelava era a efetividade da sugestão na produção da histeria e a reversibilidade dessa ação mediante o procedimento terapêutico contrário, isto é, mediante a contrassugestão. O que estaria em pauta era a sugestionabilidade enunciada por Bernheim, mas que, para Freud, estaria fundada num traço psíquico que lhe conferiria materialidade.

Segundo essa perspectiva, o dispositivo da hipnose pressupunha a ação que um sujeito poderia exercer sobre o outro de maneira irrefutável. Para que essa ação se realizasse, seria necessária, antes de qualquer coisa, a relação intersubjetiva entre os sujeitos, o que a inscreveria num campo delineado pela lógica da alteridade. Portanto, a sugestão implicava necessariamente a intersubjetividade, regulada pela alteridade com seu operador. Seria nesse campo, enfim, que a influência de um sujeito sobre o outro tomaria forma e se inscreveria no sujeito com traços indelévels.

Se o dispositivo da hipnose, no entanto, seria regulado pela operação da influência, ao mesmo tempo em que revelaria como a disseminação da influência incidiria nas relações intersubjetivas, seria preciso reconhecer, em seguida, que a influência se realizaria pelas trilhas

do discurso e pela mediação da linguagem. Com efeito, não se poderia pensar na ação da hipnose como prática terapêutica sem a consideração prévia da linguagem e sem a inscrição dela num discurso, mediante as quais a figura do médico incidiria positivamente sobre a figura do enfermo, retificando assim uma sugestão anterior que se forjou igualmente pelas trilhas da linguagem e do discurso.

No que concerne a isso, é preciso evocar inicialmente o ensaio de Freud, *O tratamento psíquico*, publicado em 1891. Nesse ensaio, Freud formula que o tratamento psíquico é aquele que se realiza pelas vias da linguagem e do discurso e é igualmente eficaz nas enfermidades somáticas e psíquicas (FREUD, [1891] 1984). Seriam, portanto, a linguagem e o discurso que legitimariam a ação específica sobre o registro do psíquico, que o diferencia dos registros da consciência e do somático. Paralelamente, para Freud, isso revela ao mesmo tempo como o registro psíquico remeteria ao inconsciente, que se oporia tanto à consciência quanto ao somático (FREUD, [1891] 1984).

Além disso, ao valorar o tratamento psíquico, centrado sempre na linguagem e no discurso, o discurso freudiano criticava a medicina científica da modernidade – que abandonara as práticas languageiras, fartamente realizadas pela medicina da pré-modernidade e se voltara especificamente para o registro do somático (FREUD, [1891] 1984). Vale dizer que o discurso freudiano, no processo de constituição da psicanálise, passou a estabelecer as conjunções dela com a tradição da medicina pré-moderna, na qual as práticas languageiras inscreviam-se no campo do ato médico.

Essas preocupações teóricas de Freud com as questões do discurso e da linguagem não ficaram, contudo, restritas às leituras das práticas terapêuticas, mas voltaram-se também para a construção de sua primeira metapsicologia, centrada que foi na linguagem. Com efeito, no ensaio sobre as afasias, publicado igualmente em 1891, Freud concebeu o que posteriormente intitulou de aparelho psíquico como aparelho de linguagem, evidenciando que o psiquismo se forjaria *na e pela* linguagem (FREUD, [1891] 1989). Naquele contexto teórico, Freud

pensava detidamente na problemática da linguagem e concebia, em decorrência disso, uma primeira leitura metapsicológica nela centrada, que se desdobrou numa concepção do tratamento psíquico, também norteado pela linguagem e pelo discurso.

Quando, no *Projeto de uma psicologia científica*, Freud concebeu o conceito de aparelho psíquico (FREUD, [1895] 1973), o que estava em pauta era o modelo inicial do aparelho da linguagem, mas que foi remanejado pela presença das intensidades psíquicas que lhe permeariam. Graças à transformação do aparelho da linguagem em aparelho psíquico, o que o discurso freudiano introduziu foi a problemática do desejo e o princípio do prazer como seu correlato, reguladores que, desde então, seriam do aparelho de linguagem.

Pode-se apreender disso que, se a indagação de Freud sobre o funcionamento do dispositivo da hipnose conduziu-o inicialmente para a exploração dos registros da linguagem e do discurso, nos campos da prática clínica e da metapsicologia foi ainda nas trilhas dessa indagação que começou a empreender também o descentramento do sujeito dos registros da consciência e do eu em direção ao inconsciente. Dessa maneira foi nos registros da linguagem e do discurso que a tese do inconsciente foi inicialmente esboçada no discurso freudiano. Em contrapartida, a consideração posterior da leitura econômica na leitura das intensidades psíquicas, realizada no *Projeto de uma psicologia científica* (FREUD, [1895] 1973), apenas radicalizou a tese do descentramento do sujeito.

De qualquer maneira, nos dois tempos das teorizações iniciais sobre o dito descentramento, a saber, a teoria centrada no aparelho de linguagem e a teoria que trazia à discussão a economia das intensidades psíquicas, à luz do conceito do aparelho psíquico, o discurso freudiano compreendia a crítica da modernidade pela formulação modernista do descentramento do sujeito nos registros da linguagem e das intensidades. Além disso, deslocava a tese do descentramento do sujeito do registro do somático, como realizou a neurobiologia ao longo do século XIX, para o registro do psíquico, concebido na conjunção entre os registros da linguagem e da economia das intensidades.

A leitura crítica do dispositivo da hipnose, no entanto, também conduziu Freud a outra ordem de indagação, que deve ser destacada. O discurso freudiano tocou o dedo na ferida da dimensão do poder que estaria presente no dispositivo da hipnose, mediante o qual se materializaria a experiência da influência. Para que ela fosse efetivamente operante, os dois indivíduos inscritos na cena da hipnose deveriam ocupar posições diferentes e ser hierarquicamente desiguais, com o domínio eloquente da figura do médico sobre a do doente, na medida em que este seria demandante daquele, para que lhe fizesse a suspensão de seu sofrimento e de seus sintomas. Portanto, a funcionalidade terapêutica do dispositivo da hipnose supunha uma evidente relação de poder entre as figuras do médico e do doente, que traçavam as linhas de força do dito dispositivo.

Nessa dimensão crucial da questão, o discurso freudiano enunciava que a influência de um sujeito sobre o outro, num contexto intersubjetivo e alteritário, se fundaria numa relação decisiva de poder de um sobre o outro. Com efeito, se os registros da linguagem e do discurso constituiriam o campo em que se delinear a influência, a distribuição desigual de forças entre os dois indivíduos em confronto seria crucial a fim de que a influência de um sobre o outro pudesse efetivamente se materializar. Vale dizer que, se os registros da linguagem e do discurso fossem as condições necessárias para que a influência pudesse se realizar, a distribuição desigual de forças entre os dois sujeitos em confronto seria a condição suficiente para a implementação da influência.

7 Influência e transferência

A respeito desse assunto, é preciso dizer que, no advento da modernidade, uma das características marcantes foi a constituição da problemática da influência, que passou a balizar e delinear as relações de força entre os indivíduos, nos espaços público e privado, nos registros social, político e ético. Foi graças à influência exercida de um indivíduo sobre o outro e à influência estabelecida entre diferentes

grupos, segmentos e classes sociais em confronto, que se empreendeu a constituição de consensos na aurora do século XIX.

Desde o advento da Revolução Francesa, que se desdobrou na constituição do estatuto da igualdade entre os cidadãos e teve na liberdade o seu correlato, não existia mais qualquer poder vertical que pudesse incidir sobre a sociedade civil, em oposição à sociedade política, uma vez que a horizontalidade dos laços sociais estabelecidos entre os cidadãos delineava um outro horizonte para o campo efetivo do poder. Foi nesse contexto específico que a influência transformou-se em questão crucial para o estabelecimento do consenso e para a construção do espaço social na modernidade.

Foi nesse contexto histórico, social e político que a imprensa constituiu-se, na modernidade, como um dos meios mediante os quais os debates de ideias, ao lado do imperativo da disseminação de informações, colocaram-se ampla, geral e irrestritamente, mediante os quais os consensos seriam efetivamente engendrados no espaço público. Desse modo, o que estava em pauta era a questão da influência, numa ordem social e política, que não se sustentava mais no registro vertical, como na pré-modernidade, mas no registro horizontal, tecido nas relações de forças estabelecidas entre os cidadãos. Enfim, a constituição da opinião pública seria a cristalização desse processo de conjunção das diferenças com a facilidade de estabelecer consensos.

Lefort teorizou a transformação no campo do poder, ocorrido com o advento da modernidade, indicando como a quebra da soberania absoluta, nos registros político e religioso, que implicou a dissolução do poder vertical, centrado na figura da unidade (rei e Deus). O que se impôs na modernidade foi a disseminação da multiplicidade no espaço social, na medida em que, desde então, os cidadãos puderam estabelecer múltiplos laços, no registro horizontal, delineando nessa direção as linhas de força da sociedade democrática (LEFORT, 1986).

Deslocando-nos do discurso da filosofia política para o da antropologia social, Dumont interpretou essa transformação pela constituição do conceito de indivíduo como valor, que se contrapunha

à ideia do indivíduo como empiricidade das sociedades pré-modernas, onde o indivíduo estaria subsumido à dimensão holística da totalidade e da unidade (DUMONT, 1983), inscrevendo-se nela de maneira orgânica. Em decorrência disso, o indivíduo como valor seria a base constitutiva da sociedade moderna, no qual ele seria a resultante dos laços sociais estabelecidos entre os indivíduos em diferentes níveis de complexidade (DUMONT, 1983). Por isso mesmo, os direitos fundamentais do indivíduo como valor estariam inscritos no preâmbulo das constituições norte-americana e francesa, que foram oriundas de suas respectivas revoluções (DUMONT, 1983). Enfim, a ideia de que a sociedade é uma associação entre os indivíduos foi uma concepção estritamente moderna, que não existia antes, enfatizando a inserção dos indivíduos no registro da horizontalidade (DUMONT, 1983).

Deslocando-se do discurso da antropologia social para o da arqueologia do saber, Foucault sustentou que, com a morte de Deus, não existiria mais qualquer lei simbólica que, de maneira vertical, se impusesse aos indivíduos de maneira absoluta e inquestionável (FOUCAULT, [1961] 1994). Na ausência dessa lei simbólica e teológica, os indivíduos não contariam mais com qualquer instância vertical que pudesse lhes enunciar, de maneira absoluta, o que era efetivamente o certo e o errado (FOUCAULT, [1961] 1994). Em decorrência disso, os indivíduos seriam conduzidos à transgressão, graças à ausência e à quebra da lei que não mais lhes constrangeriam (FOUCAULT, [1961] 1994). Contudo, para regular a transgressão que se disseminaria, foi constituída a sociedade disciplinar que, pela normalização dos indivíduos, orientados pelos discursos das ciências humanas, pudesse criar limites para a transgressão (FOUCAULT, 1975).

Do mesmo modo, a formulação de Freud sobre a existência do mal-estar na modernidade inscreve-se no campo dessa mesma problemática, uma vez que a condição de contingência e de incerteza do sujeito na modernidade se evidenciaria pela disseminação do desamparo. Nesse contexto, o sujeito buscaria a proteção imaginária da figura do pai, numa efetiva “nostalgia do pai”, de que os neuróticos sofreriam,

segundo Freud, submetendo-se aos imperativos implacáveis do supereu (FREUD, [1930] 1971).

Ao colocar em pauta essas diferentes leituras teóricas sobre a constituição da modernidade, o objetivo foi sublinhar, porém, como a problemática da influência foi crucial para a regulação do espaço social moderno. Por isso, a constituição do conceito do indivíduo valor foi a contrapartida para a quebra da soberania absoluta nos registros político e religioso. Ao lado disso, se as disciplinas e a normalização disseminaram-se como práticas capilares de poder na modernidade, isso se deveu ao imperativo de regulação da transgressão que se disseminou em decorrência da queda da lei e da morte de Deus. O mal-estar na modernidade, descrito por Freud, evidenciaria a incidência psíquica desses diferentes processos que conduzem os sujeitos à submissão ao outro, pela mediação do supereu. Em tudo isso, enfim, foi a problemática da influência que se impôs como campo para a constituição de consensos nos registros social, político e ético.

Graças à pertinência crucial da problemática da influência na modernidade, Freud colocou em questão o dispositivo da hipnose e acabou por constituir o dispositivo da transferência, como forma mediante a qual a experiência psicanalítica poderia ser delineada, de fato e de direito. O que estava em pauta no discurso freudiano era a tentativa, incansável e sempre repetida, de exorcizar definitivamente o efeito da influência no sujeito e na experiência psicanalítica, na medida em que ela colocava em pauta os impasses do sujeito para sustentar seja o seu desejo, seja a sua liberdade.

A leitura acurada dos diferentes ensaios descritos por Freud para expor o método e a técnica psicanalíticos evidencia como a preocupação teórica maior era diferenciar a sugestão e a transferência, indicando como esta não seria redutível àquela (FREUD, [1954] 1972). Com efeito, o dispositivo da transferência se diferenciaria do dispositivo da hipnose, na medida em que, se a transferência seria inequivocamente uma forma de sugestão e a presença dela seria inevitável na experiência analítica, o que se passaria de decisivo na transferência, face à hipnose,

era que, na experiência analítica, a figura do analista deveria analisar totalmente a transferência e liquidá-la devidamente, como condição primordial do fim da análise. Vale dizer que, enquanto nas experiências hipnóticas e sugestivas o terapeuta alimentava a condição de dependência do paciente face ao terapeuta, para direcionar a influência e onde ela não se suspenderia jamais, na experiência psicanalítica, a liquidação da sugestão/influência/transferência seria crucial para que a análise fosse efetiva (FREUD, [1954] 1972).

A razão pela qual o discurso freudiano enunciava esse imperativo, porém, justifica-se: a fim de sustentar os imperativos fundamentais do desejo e da liberdade do sujeito, como condições concretas de possibilidade da crítica modernista ao projeto político e ético da modernidade, que se sustentaria fartamente na influência. No entanto, se o discurso freudiano insistiu nisso de maneira eloquente, era porque constatava a busca pelo sujeito em posição de submissão para que ficasse à mercê da influência do outro, para que se protegesse da incerteza do seu desejo e da sua liberdade. Se a submissão ao supereu evidencia isso no registro da estrutura psíquica, nas neuroses a pregnância da “nostalgia do pai” colocava isso em cena de maneira dramática (FREUD, [1930] 1971).

Em *Psicologia das massas e a análise do eu*, Freud mostra como a organização social da massa funda-se na submissão dos indivíduos ao líder, que lhes forneceria a proteção pela proposição de um projeto comum para superar a incerteza e o mal-estar colocados pela modernidade. Contudo, nessa posição de submissão, os indivíduos perderiam suas diferenças subjetivas e se identificariam entre si, mediante a submissão à figura do líder. Ele ocuparia a posição de eu ideal para os diferentes indivíduos constituintes da massa, que para isso ficariam sob a influência hipnótica do líder, perdendo assim o exercício de suas liberdades e a sustentação de seus desejos (FREUD, [1921] 1981).

O que Freud nos demonstra aqui, de maneira concisa, é como se restauraria a soberania absoluta no registro político, no tempo da modernidade, em razão da organização social da massa, que seria regulada pelo imperativo da influência do discurso do líder. Em contrapartida,

a massa assim forjada se contraporá a outras organizações de massa, constituídas igualmente pela mesma lógica da submissão a outros líderes pelo narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, [1921] 1981). Delineia-se assim o horizonte das ideologias de massa do fascismo, do nazismo e do stalinismo, que, como religiosos seculares, dominaram o imaginário político na primeira metade do século XX. A restauração da unidade pré-moderna à que se referia Lefort se realizaria assim para se contrapor à multiplicidade do espaço social constituído na modernidade.

Para Freud, contudo, a experiência analítica deveria a isso se opor de maneira decisiva e incisiva, a fim de se diferenciar da prática clínica da hipnose e realizar a crítica da influência. Por isso mesmo, no final do seu percurso, em *Análise com fim e análise sem fim*, ele enunciou que a experiência psicanalítica seria uma experiência no limite do impossível, como a pedagogia e a governabilidade, pois iria na contramão da influência/sugestão, tendo de privilegiar os registros do desejo e da liberdade do sujeito, face à quietude evidenciada pela submissão masoquista.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Freud et Lacan. In: _____. **Écrits sur la psychanalyse. Freud et Lacan.** Paris: Stock/IMEC, 1993. p. 23-48. Edição original: 1964.

ALTHUSSER, L. Sur Marx et Freud. In: _____. **Écrits sur la psychanalyse. Freud et Lacan.** Paris: Stock/IMEC, 1993. p. 222-246. Edição original: 1976.

BACHELARD, G. **La formation de l'esprit scientifique.** (9^{ème} ed.). Paris: Vrin, 1975.

BARRUCAND, D. **Histoire de l'hypnose en France.** Paris: PUF, 1967.

BERNHEIM, H. **L'hystérie. Définition et conception. Pathogénie et traitement.** Paris: O. Doin et Fils, 1913.

BIRMAN, J. La psychanalyse et la critique de la modernité. In: BOUKOBZA, C. **Où en est la psychanalyse? Psychanalyse et figures de la modernité.** Paris: Erès, 2000. p. 41-57.

BIRMAN, J. **Mal-estar na modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspective, 1978. p. 41-77. Edição original: 1958.

CANGUILHEM, G. **La formation du concept de réflexe au XVIIIème-XVIIIème siècles**. Paris: Vrin, 1977. Edição original: 1955.

CHARCOT, J. M. **L'hystérie**. Toulouse: Privat, 1971. Edição original: 1913.

CHERTOK, L.; SAUSSURE, R. **Naissance de la psychanalyse**. Paris: Payot, 1963.

CHERTOK, L.; STENGERS, I. **O coração e a razão. A hipnose de Lavoisier a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DESCARTES, R. Méditations. Objections et réponses. In: _____. **Oeuvres et lettres de Descartes**. Paris: Gallimard, 1949. Edição original: 1641.

DUMONT, L. **Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne**. Paris: Seuil, 1983.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits IV - 1980-1988**. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France 1974-1975**. Paris: Gallimard/Seuil/Ehess, 2003.

FOUCAULT, M. **Naissance de la clinique**. Paris: PUF, 1963.

FOUCAULT, M. Preface à transgression. In: _____. **Dits et écrits I - 1954 - 1975**. Paris: Gallimard, 1994. p. 261-278. Edição original: 1961.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FREUD, S. Au-delà do princípio do prazer. In: _____. **Essais de psychanalyse**. Paris: Payot, 1981. Edição original: 1920.

FREUD, S. Charcot. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. v. 1. Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1893.

FREUD, S. **Contribution à la conception des aphasies**. Paris: PUF, 1989. Edição original: 1891.

FREUD, S. Esquisse d'une psychologie scientifique. In: _____. **La naissance de la psychanalyse**. Paris: PUF, 1973. Edição original: 1895.

FREUD, S. Hipnose. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. v. 1. Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1891.

FREUD, S. L'étiologie de l'hystérie. In: _____. **Nevrose, psychose et perversion**. Paris: PUF, 1973. Edição original: 1906.

FREUD, S. **L'interprétation des rêves**. Paris: PUF, 1976. Edição original: 1900.

FREUD, S. La morale sexuelle "civilisée" et les maladies nerveuses des temps modernes. In: _____. **La vie sexuelle**. Paris: PUF, 1973. Edição original: 1908.

FREUD, S. **La technique psychanalytique**. Paris: PUF, 1972. Edição original: 1954.

FREUD, S. Le moi et le ça. In: _____. **Essais de psychanalyse**. Paris: Payot, 1981. Edição original: 1923.

FREUD, S. Les psychonevroses de défense. In: _____. **Nevrose, psychose et perversion**. Paris: PUF, 1973. Edição original: 1894.

FREUD, S. Lettres a Wilhem Fliess, Notes et Plans (1887-1902). In: _____. **La naissance de la psychanalyse**. Paris: PUF. 1973. Edição original: 1895.

FREUD, S. **Malaise dans la civilisation**. Paris: PUF, 1971. Edição original: 1930.

FREUD, S. Nouvelles remarques sur les psychonévroses de défense. In: _____. **Nevrose, psychose et perversion**. Paris: PUF, 1973. Edição original: 1896.

FREUD, S. Preface to the translation of Bernheim's suggestion. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund FREUD**. v.1. Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1888.

FREUD, S. Preface to the translation of Charcot's. Lectures on the diseases of the nervous system. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud.** v. 1 Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1888-1896.

FREUD, S. Psychologie de foules et analyse du moi. In: _____. **Essais de psychanalyse.** Paris: Payot, 1981. Edição original: 1921.

FREUD, S. Report on my Studies in Paris and Berlin. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud.** v. 1. Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1886.

FREUD, S. Review of August Forel's Hypnotism. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud.** v. 1. Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1889.

FREUD, S. Some points for a comparative study of organic and hysterical motor paralyzes. In: _____. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud.** v. 1. Londres: Hogarth Press, 1978. Edição original: 1893-1897.

FREUD, S. Traitement psychique. In: _____. **Résultats, idées, problèmes (1890-1920).** v. 1. Paris: PUF, 1984. Edição original: 1891.

FREUD, S. **Trois essais sur la théorie de la sexualité.** Paris: Gallimard, 1962. Edição original: 1905.

FREUD, S.; BREUER, J. **Études sur l'hystérie.** Paris: PUF, 1971. Edição original: 1895.

GAUCHET, M. **L'inconscient cerebral.** Paris: Gallimard, 1992.

GAUCHET, M.; SWAIN, G. **Le vrai Charcot. Les chemins imprévus de l'inconscient.** Paris: Calmann-Lévy, 1999.

GAY, P. **Freud. Uma vida para o nosso tempo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HEGEL, G. W. La phénoménologie de l'esprit. Paris: Aubier, 1941. Edição original: 1807.

JONES, E. **La vie et l'oeuvre de Sigmund Freud.** v. 1. Paris: PUF, 1972.

- LEFORT, C. **Essais sur le politique – XIXe – XXe siècles**. Paris: Seuil, 1986.
- MARX, K. Critique de la philosophie politique de Hegel. In: _____. MARX, K. **Oeuvres**. v. 3. Paris: Gallimard, 1971. Edição original: 1893.
- MARX, K.; ENGELS, F. Le manifeste communiste. MARX, K. **Oeuvres**. v. 1. Paris: Gallimard, 1971. Edição original: 1847.
- MESMER, F. A. **Le magnétisme animal**. Paris: Payot, 1971.
- NATHAN, T.; STENGERS, I. **Médecins et sorciers**. Paris: Synthélabo, 1995.
- NIETZSCHE, F. **Généalogie de la morale**. Paris: Gallimard, 1971. Edição original: 1887.
- PONTALIS, J-B. Le séjour de Freud à Paris. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**. n. 8. Paris: Gallimard, 1973.
- RAUSKY, F. **Mesmer et la révolution thérapeutique**. Paris: Payot, 1977.
- STUART MILL, J. **L'utilitarisme**. Paris: Flammarion, 1988.

Recebido em abril de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

SOBRE O AUTOR

JOEL BIRMAN é médico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/RJ, 1971); mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1976); mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1979); doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1984). Realizou seu Pós-Doutorado no Laboratoire de Psychopathologie Fundamentale et Psychanalyse na Université Paris VII. É psicanalista; membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos e do Espace Analytique, instituição francesa de Psicanálise dirigida por Maud Mannoni e Jöel Dor. É Directeur d'Étude em Sciences Humaines da Université Paris

VII, desde fevereiro de 2008. Atualmente é Professor Titular/pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 1991), onde atua como docente e pesquisador nos cursos de mestrado e de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. É professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (desde 1986), onde atua nos cursos de mestrado e de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Atuou como professor convidado da Université de Poitiers, Máster Recherche (2005-2006). É pesquisador no Collège International de Philosophie, em Paris; pesquisador associado do Laboratório Psicanálise e Medicina, da Universidade Paris VII. É Pesquisador 1-A do CNPq. Faz parte do Conselho Editorial como Editor Responsável da Revista EPOS, Genealogia, Subjetivações e Violência. Colabora com várias publicações especializadas, no Brasil e no exterior, e é autor de vários livros. Temas principais de pesquisa: psicanálise, história e filosofia das ciências e da saúde, feminilidade e sujeito.
E-mail: joelbirman@hotmail.com